

DATA: 18/07/2024

CRIADO POR: Yosefin Olmedo (YAOE)

CATEGORIA/SUBCATEGORIA: Anticorrupção e Antissuborno



Caso de Estudo

Benefício hoje, Consequência amanhã: Suborno em Angola

Antecedentes

Angola é um país rico em recursos naturais, especialmente petróleo e gás, que representam mais de 90% das suas exportações e 75% das suas receitas fiscais. No entanto, também é um país com altos níveis de pobreza, desigualdade e corrupção. Segundo o Índice de Percepção da Corrupção de 2023, Angola ocupa a posição 121 entre 180 países, com uma pontuação de 33 em 100, sendo 0 o mais corrupto e 100 o mais limpo.

O setor petrolífero e gasífero de Angola é dominado **pela empresa estatal responsável pelos combustíveis e pela energia do país, uma entidade pública que detém o monopólio da exploração**, produção, transporte, refinação e comercialização de hidrocarbonetos. Esta empresa também atua como reguladora do setor e como parceira obrigatória de todas as empresas estrangeiras que operam no país. Devido ao seu poder e influência, esta entidade estatal tem sido alvo de inúmeras acusações de corrupção, nepotismo e desvio de fundos.

Visão Geral

Uma empresa internacional de serviços na indústria petrolífera e gasífera, com operações em mais de 60 países, incluindo Angola, onde possui uma subsidiária, tem sua sede na Europa e está listada na Bolsa de Nova Iorque. Por isso, está sujeita às regulamentações da SEC e deve cumprir a Lei de Práticas de Corrupção no Exterior (FCPA, na sigla em inglês), que proíbe oferecer subornos a funcionários estrangeiros para obter ou manter negócios de forma indevida.

#beupright
integrity.softtek.com



A empresa, sediada em Houston, foi acusada pela **Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos (SEC)** de violar as normas antissuborno, bem como as obrigações de livros, registros e controles internos estabelecidas **pela Lei de Práticas de Corrupção no Exterior (FCPA)**.

A SEC revelou que, entre 2008 e 2014, **a empresa realizou pagamentos de comissões à entidade estatal de hidrocarbonetos de Angola**, a qual atuou como intermediária apesar de sérias dúvidas quanto à sua possível participação em atos de corrupção envolvendo funcionários angolanos. A companhia internacional não realizou uma investigação adequada sobre o agente, nem existia um contrato formal desde sua contratação em 2007.

O agente responsável por esse processo não possuía a experiência técnica necessária para trabalhar com a entidade estatal, não participava de reuniões técnicas e **recorria a conexões pessoais com empregados-chave para influenciar indevidamente**.

Em 2008, os diretores da empresa aprovaram um acordo retroativo com uma companhia vinculada ao agente, pois já haviam pago a ele a quantia de 688.000 USD, valor que ajudou a preservar dois contratos que estavam em risco e a obter outros dois.

Posteriormente, entre 2011 e 2012, esse agente transferiu 555.000 USD a um funcionário da entidade estatal angolana.

A empresa firmou ainda três acordos adicionais com a mesma entidade como intermediária, pagando aproximadamente 5,5 milhões USD entre 2008 e 2014. Durante esse período, a companhia obteve quatro contratos adicionais em Angola, segundo dados reportados pela SEC.

A empresa celebrou um acordo com a SEC sem admitir nem negar os fatos apresentados. Foi reconhecida por sua colaboração na investigação, fornecendo depoimentos nos Estados Unidos e compartilhando os resultados de suas próprias auditorias internas.

Devido a essas infrações, a companhia teve de pagar uma multa civil de 3 milhões USD, além de cerca de 5 milhões USD em juros pré-julgamento e restituições.

Reflexión

As empresas podem estar sujeitas a **multas de até 2 milhões USD por descumprirem as regulamentações antissuborno**. Além disso, podem enfrentar outras consequências, como penalidades civis, exclusão de contratos públicos ou revogação de licenças de exportação.

As pessoas físicas também estão expostas a severas **multas penais e civis**, que podem chegar a 100.000 USD por infração, e até penas de prisão de até cinco anos por delitos criminais. Tanto para empresas quanto para indivíduos, as penalidades podem ser aumentadas para o dobro do benefício obtido ilegalmente ou do prejuízo causado. Isso sem mencionar as sanções adicionais caso sejam comprovados delitos relacionados à contabilidade, muito comuns nesses casos.

Essa postura afeta negativamente não apenas em termos econômicos, mas também prejudica a reputação e a confiabilidade da empresa, e perpetua a pobreza, a desigualdade e a injustiça nos países.

Somente durante 2022 foi reportado um aumento na importância financeira desses casos pela FCPA, em comparação com anos anteriores, com três investigações que resultaram em mais de 100 milhões USD em reembolsos e sanções combinadas.



Reflexão final

Quem são os responsáveis?

Quais consequências uma empresa enfrenta ao realizar práticas corruptas como o suborno?

Quais dilemas éticos enfrenta um colaborador que presencia ou é pressionado a participar de atos de corrupção?